

AGEHAB – AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO S.A.

CNPJ nº 01.274.240/0001-47

Notas Explicativas da administração às Demonstrações Financeiras de 31 de março de 2023

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO S/A, adiante denominada AGEHAB, uma sociedade por ações capital fechado, de economia mista, integrante da administração indireta do Estado de Goiás, sucedânea da COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE GOIÁS – COHAB-GO, criada na forma do Decreto-Lei Estadual nº 226, de 03 de julho de 1970 e lei Municipal de Goiânia nº 4.652, de 29 de dezembro de 1972, transformada na Agência Goiana de Habitação, através da Lei Estadual nº 13.532, de 15 de outubro de 1999, sendo credenciada para administrar a carteira habitacional pertencente ao Estado de Goiás e, subordinada ao controle acionário do Governo de Goiás, se reger-se-á pelo presente Estatuto e pela Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pela Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e pelo Decreto Estadual nº 8.801, de 10 de novembro de 2016.

A AGEHAB é uma sociedade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, jurisdicionada à Secretaria de Estado da Infraestrutura –SEINFRA.

SEDE para todos os efeitos jurídicos, tem sede e foro na cidade de Goiânia, Capital do Estado de Goiás, na Rua 18-A, nº 541, Quadra 31-A, Lote 20/21, Setor Aeroporto, CEP: 74070-060 e jurisdição em todo território nacional.

2. ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL DO ESTADO DE GOIÁS

AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO S/A, classificada como **Empresa Estatal Dependente**, conforme artigo 2º da Lei Federal nº 101 de 04 de maio de 2000, por receber Subvenção Econômica do governo do Estado de Goiás de acordo com a **LEI ORDINÁRIA ESTADUAL Nº 20.733, DE 17 DE JANEIRO DE 2020**. Assim, a partir do Exercício Social de 2021, integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Estado de Goiás.

2.1 Base Legal

Lei Federal n. 4320 de 17 de março de 1964 que estabelece Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal

Lei Complementar n. 101 de 04 de maio de 2000 que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicáveis ao Setor Público

2.2 Fontes de Recursos Orçamentários

1. Recurso Arrecadado e Alienação de imóveis refere-se ao contrato prestação de serviço para gerir a Carteira Habitacional do Estado de Goiás, prestação de serviço registros documentais e recebimentos de alienação de imóveis.
2. Recurso Ordinário oriundo do tesouro do Estado de Goiás para pagamento das despesas com pessoal, custeio e de investimento.
3. Recurso Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS oriundo do tesouro do Estado de Goiás para subsidiar programas de governo MORADIA COMO BASE DE CIDADANIA para Construção e Reforma de Unidades Habitacionais, Regularização Fundiária e Aluguel Social.

LEI Nº 14.469, DE 16 DE JULHO DE 2003 Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás, *Art. 1º Fica instituído, na Secretaria de Estado da Economia, o Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás – PROTEGE GOIÁS, para o combate à fome e a erradicação da pobreza, de natureza contábil, destinado a provisionar recursos financeiros às unidades executoras de programas sociais, com o objetivo de viabilizar à população goiana o acesso a níveis dignos de subsistência por meio de ações suplementares de nutrição, habitação, saúde, educação, saneamento básico, assistência social, reforço de renda familiar e outros programas ou ações de relevante interesse social, voltados para a melhoria da qualidade de vida.*

4. Recurso Convênios Federais referente aos termos de parcerias União/CEF com utilização de recurso do FGTS para subsidiar Construção de Unidades Habitacionais e Equipamentos Comunitários.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ATÉ 31 DE MARÇO DE 2023

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09, abrangendo a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM através de suas deliberações e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, em convergências com as Normas Internacionais de Contabilidade.

A administração da empresa declara e confirma que todas as informações relevantes próprias e constantes nas Demonstrações Financeiras, estão sendo evidenciadas e que correspondem às informações utilizadas pela sua gestão.

3.1 Moeda Funcional

A moeda funcional praticada pela AGEHAB é o Real (R\$). Todos os valores de apresentação das Demonstrações Financeiras estão expressos em milhares de reais.

3.2 Principais Práticas Contábeis

- a) Critérios de reconhecimento dos resultados – A entidade adota o regime de competência para registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento dos ingressos, dispêndios e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento;
- b) Provisões para Férias e 13º Salário - É constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço e incluem os correspondentes encargos sociais. Suportado por relatórios;
- c) Demais ativos e passivos – Circunscritos em período previsto de até 12 meses do exercício subsequente estão classificados como Curto Prazo Circulante, e os acima de 12 meses no Ativo e Passivo Não Circulante;
- d) Ativo Imobilizado – Os itens pertencentes ao Ativo Imobilizado estão registrados ao custo de aquisição. Os encargos de depreciação são reconhecidos pelo método linear e depreciados baseados nas depreciações fiscais e societárias;
- e) Demais Passivos Circulantes – os demais passivos circulantes, são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias;
- f) Passivos Não Circulantes - Os passivos não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até 31 de março de 2023;
- g) Receitas e Despesas - As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de Competência. As apropriações das receitas e despesas foram registradas na data em que ocorreram o fato gerador;
- h) Uso de estimativas – A preparação das Demonstrações Financeiras, incluem estimativas e premissas, com a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas de útil dos bens, provisão para contingências e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas ou premissas;
- i) Caixa e equivalentes de caixa – Para fins das Demonstrações Financeiras correspondem aos saldos de disponibilidade (Caixa sede e contas bancárias) e aplicações financeiras de liquidez imediata;
- j) Contas a receber operacional – São reconhecidos pelo valor nominal contratual referente venda de loteamentos em períodos anteriores. Na geração de caixa pelo recebimento em atraso, os juros e correções são classificados como receita financeira. Estima-se que os saldos das contas a receber estejam próximos de seus valores justos de mercado;

k) Provisão para Devedores Duvidosos - Foram constituídas provisões para devedores duvidosos sobre os créditos vencidos acima de 180 dias, em atenção as normas contábeis a estes tipos e operações;

l) Despesas Antecipadas - Em 2023, objetivando uma proteção mais abrangente de seus bens, a empresa iniciou novo processo licitatório visando a renovação da contratação de seguros do edifício sede da AGEHAB, processo **202300031002353.**

m) Demonstrações do fluxo de caixa - DFC – A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC nº1.152/2009, que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução/CFC Nº 1.296/10, que aprovou a NBC T 03 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA. O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o INDIRETO;

n) Provisões para demandas judiciais – A AGEHAB é parte em vários processos legais, os quais incluem, entre outros, demandas relacionadas a processos trabalhistas, cíveis, fiscais. É constituído provisões referentes a processos judiciais classificados como ATIVO PROVÁVEL / PASSIVO PROVÁVEL;

ATIVO

ATIVO CIRCULANTE

4. Disponibilidades e Títulos Valores Mobiliários

Os valores de Caixa e Equivalentes de caixa consistem em numerários em poder dos bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata e que apresentam riscos insignificantes de mudança de valor.

Os valores das aplicações financeiras aproximam-se dos valores registrados nas Demonstrações Financeiras por estarem atreladas à variação de aplicações de fundo de rendimentos específicos com rentabilidade pós-fixada verificada mensalmente através dos extratos confirmatórios de rendimentos apresentados pelas instituições financeiras.

As contas correntes e aplicações financeiras estão compostas da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	31/03/2023	2022
Saldos Financeiros	R\$ 389.980.686,75	R\$ 430.008.483,87
Bancos Conta Movimento	R\$ 106.317,05	R\$ 173.928,41
Conta Única do Estado de Goiás	R\$ 381.889.657,91	R\$ 421.876.353,02
Títulos e Valores Mobiliários	R\$ 7.984.711,79	R\$ 7.958.202,44

a) Seguindo os procedimentos de ingressos no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Estado de Goiás, conforme determinada a LEI COMPLEMENTAR Nº 121, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015, os saldos financeiros de recursos próprios, ordinários e de alienações de imóveis foram transferidos para o Tesouro Estadual de Goiás em Março de 2022, como instrumento de gerenciamento dos recursos financeiros do Estado, sob a

coordenação da Secretaria da Fazenda, o Sistema da Conta Única do Tesouro Estadual, em cumprimento ao princípio de unidade de tesouraria, previsto no art. 56 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

b) Recurso disponível no dia 30/12/2022 no total de R\$ 412.598.750,99 (Quatrocentos e Doze Milhões, Quinhentos e Noventa e Oito mil, Setecentos e Cinquenta reais e Noventa e Nove Centavos) da Fonte Orçamentária Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS para às ações governamentais HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, MORADIA LEGAL, GOIÁS ESCRITURAS, PARA TER ONDE MORAR referente aos contratos empenhados cumprindo o artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000, deste saldo utilizado até 31/03/2023 o total de **R\$ 40.973.984,15 (Quarenta milhões, novecentos e setenta e três mil, novecentos e oitenta e quatro reais e quinze centavos).**

Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito. Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

5. Clientes – Contas a Receber Operacional

DESCRIÇÃO	31/03/2023	2022
Contas a Receber Operacionais	R\$ 442.609,06	R\$ 360.453,15
Prestações a receber Conjuntos e Loteamentos	R\$ 579.458,05	R\$ 592.049,50
Secretaria da Economia do Estado de Goiás	R\$ 364.723,60	R\$ 280.507,91
Tesouro Estado de Goiás	R\$ 18.932,81	R\$ 4.793,76
(-) Perdas com créditos de Liquidação Duvidosa	-R\$ 520.505,40	-R\$ 516.898,02

a) Refere-se às Prestações a receber dos bens imóveis comercializados no Conjunto Habitacional Parque Atheneu, Acalanto, Vila Sol Dourado e Vera Cruz, conforme Ata AGE nº 75ª de 29/01/2010.

a.1 As amortizações das parcelas são calculadas pelo Sistema Tabela Price.

a.2 Os juros incidentes sobre as parcelas do preço, serão calculadas sobre o saldo devedor na razão de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês.

a.3 A atualização monetária sobre o saldo devedor, será sempre calculada mensalmente, tomando por base o índice de reajuste da Taxa Referencial (TR), ou outro que venha substituí-lo, por decisão governamental.

a.4 O valor da dívida vencida, atualizada monetariamente até o próximo aniversário do contrato, acrescida de ônus adicional à taxa que vigorar na data do pagamento, de acordo com regulamentação do BACEN, sendo juros contratuais de 5% a 6%.

b) Refere-se Prestação de Serviço de Gestão da Carteira Habitacional do Estado de Goiás, Nota Fiscal 6195 emitida em 30/03/2023 para Secretaria de Estado da Economia recebida dia 28/04/2023

c) Refere-se aos valores emitidos através de Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais (Dare) referente Taxas expediente e Prestações dos Contratos recebidos em 05/04/2023;

d) A provisão para perdas com crédito de liquidação duvidosa, referente aos títulos vencidos a mais de 180 dias. A administração da Agência Goiana de Habitação S/A optou pela não execução judiciais dos mutuários, ocorrendo renegociações individuais, sendo assim a forma de provisão de liquidação duvidosa considerada são os títulos vencidos a mais de 180 dias utilizando o método fiscal.

Saldo em 31/12/2022	516.898,02
(+) Provisões realizadas	12.949,71
(-) Reversão de Provisões	9.342,33
Saldo em 31/03/2023	520.505,40

6. Adiantamento Concedidos a Obras Administradas

Os adiantamentos concedidos a obras administradas pela AGEHAB, são oriundos de repasse efetuados através de recursos próprios (AGEHAB) para as contas correntes das obras vinculadas a convênio CEF/FGTS e obras diretas para subsidiar serviços, materiais, salários, impostos e outros custos aplicados na construção das unidades habitacionais.

DESCRIÇÃO	31/03/2023	2022
Adiantamentos Concedidos a Obras	R\$ 10.002.080,36	R\$ 10.002.080,36
Empréstimo - João Paulo II - 1ª e 2ª Etapa	R\$ 7.418.857,36	R\$ 7.418.857,36
Empréstimo - Água Fria - II Etapa	R\$ 1.428.591,90	R\$ 1.428.591,90
Empréstimo - Real Conquista	R\$ 225.416,51	R\$ 225.416,51
Empréstimo - Damianópolis - Setor Aeroporto	R\$ 929.214,59	R\$ 929.214,59

1. Os valores contabilizados em Adiantamento de Obras são oriundos da utilização do recurso próprio da AGEHAB em períodos anteriores (Integralização de Capital) para pagamento das medições para não ocorrer atrasos, até a liberação do RECURSO/FGTS.

2. Considerando que nos termos de Cooperação e Parceira CAIXA menciona que *na Clausula terceira – DOS RECURSOS – Os recursos a serem utilizados para consecução do objeto deste Termo são provenientes de linhas de financiamento com recursos do FGTS- Fundo de Garantia por Termo de Serviço e recursos próprios da Entidade Organizadora, a título de contrapartida, representados pelo aporte de recursos financeiros, bens e/ou serviços para produção de unidades habitacionais.*

A AGEHAB tem previsão legal para utilização do RECURSO PRÓPRIO para custear o término das obras, após do término definitivo das obras principalmente nos encerramentos das contas correntes, ocorrerá as devidas compensações das sobras dos saldos financeiros com os valores contabilizados em adiantamentos.

7. Antecipações a empregados

Referem-se aos pagamentos ocorridos até 31/03/2023 de férias e de 13º salários aos servidores da Agehab, cujos os respectivos descontos ocorrerão nos períodos subsequentes.

DESCRIÇÃO	31/03/2023	2022
Antecipações a Empregados	R\$ 423.095,37	R\$ 215.068,66
Férias	R\$ 76.660,07	R\$ 215.068,66
13º Salário	R\$ 346.435,30	R\$ -

8. Antecipações a Terceiros

Referem-se ao valor repassado a empresa Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comercio S.A cuja compensação ocorreu dia 01/04/2023 com a emissão da nota fiscal 740954.

DESCRIÇÃO	31/03/2023
Antecipações a Terceiros	R\$ 393.500,51
Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S/A	R\$ 393.500,51

9. Tributos a Recuperar

Refere-se ao Saldo Negativo do Imposto de Renda oriundo de IRRF sobre Contas de Investimento e IRRF Retido da nota fiscal emitida para Secretaria de Estado da Economia.

DESCRIÇÃO	31/03/2023	2022
Tributos Municipais e Federais	R\$ 53.065,91	R\$ 647.530,20
IRRF sobre Aplicação Financeira/Poupança	R\$ 16.761,66	R\$ 557.833,82
IRRF Sobre Serviços Prestado	R\$ 14.851,44	R\$ 54.001,56
Parcelamento INSS Pago indevidamente	R\$ 11.886,89	R\$ 11.886,89
IRRF Sobre Adiantamento de Férias (a)	R\$ 9.565,92	R\$ 23.807,93

- Os valores referentes IRRF sobre Contas Investimentos e IRRF sobre Serviço Prestado do Exercício Social de 2021 foram restituídos à Agência Goiana de Habitação S/A devidamente corrigido no dia 20/12/2022;
- O valor de R\$ 11.886,89, o crédito foi deferido através do Processo Administrativo 10120.731344/2019-70 e Perd/Comp nº 32151.59986.230123.1.2.16-0006 em análise;
- Refere-se ao Imposto de Renda sobre férias recolhidos na competência do pagamento e serão descontados dos servidores nos respectivos períodos de gozo.

10. Despesas Antecipadas

Refere-se a despesas pagas antecipadamente, que serão apropriadas pelo regime de competência.

DESCRIÇÃO	31/03/2023	2022
Despesas Antecipadas	R\$ 465,10	R\$ 1.511,54
Seguros a apropriar	R\$ 465,10	R\$ 1.511,54

Vigência 10/05/2022 a 10/05/2023

Seguradora: Sompo Seguros S/A

Seguro predial da Agência Goiana de Habitação S/A

11. Estoque de bens (CONSUMO INTERNO)

Refere-se ao estoque de materiais de escritório e de limpeza destinados ao consumo interno. São avaliados ao custo médio de aquisição, sendo controlados através de inventários periódicos.

DESCRIÇÃO	31/03/2023	2022
Estoque de Consumo	R\$ 107.775,67	R\$ 68.559,01
Almoxarifado	R\$ 107.775,67	R\$ 68.559,01

Total

MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO	30.095,68
MATERIAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	3.882,24
MATERIAL PARA COZINHA, REFEITÓRIOS E AFINS	9.211,99
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	24.230,83
MATERIAL DE EXPEDIENTE	40.354,93
Total	107.775,67

Não é realizado provisão para perdas, representam itens de pequenos valores, com alta rotatividade e não há obsolescência.

ATIVO NÃO-CIRCULANTE

12. Realizável a Longo Prazo

12.1 Devedores por Vendas Compromissadas - Refere-se a Prestações a receber dos bens imóveis comercializados no Conjunto Habitacional Parque Atheneu, Acalanta, Vila Sol Dourado e Vera Cruz, conforme Ata AGE nº 75ª de 29/01/2010.

Valores a receber dos mutuários classificados no Ativo Não Circulante – Realizável a Longo Prazo.

DESCRIÇÃO	31/03/2023	2022
Conjuntos Habitacionais	R\$ 192.701,83	R\$ 192.701,83
Conjunto Habitacional Parque Atheneu	R\$ 192.701,83	R\$ 192.701,83

Conforme nota explicativa nº 06

12.2 Devedores por Créditos Repassados

Crédito com a Prefeitura de Anápolis atualizados pelo índice UPC (Unidade Padrão de Capital), refere-se aos valores repassados para construção de infraestrutura de conjunto habitacional Vila Formosa no município de Anápolis, contrato renegociado em 19/01/1973.

DESCRIÇÃO	31/03/2023	2022
Infraestrutura de Conjuntos	R\$ -	R\$ -
Prefeitura Municipal de Anápolis (a)	R\$ 6.359.637,02	R\$ 6.359.637,02
(-) Provisão para perdas de Crédito de Liquidação Duvidosa (b)	-R\$ 6.359.637,02	-R\$ 6.359.637,02

- a) Anualmente o valor da dívida é atualizado monetariamente conforme Unidade Padrão Capital (UPC);
- b) Em observância aos Comitês de Pronunciamentos Contábeis (CPC) nºs 38 e 48, foi constituído provisão para perdas de crédito de liquidação duvidosa;
- c) Execução de Título Executivo Extrajudicial (protocolo nº 5770797-59.2022.8.09.0006) em face do Município de Anápolis, distribuído à Vara de Fazenda Pública Municipal.

12.3 Unidades Residenciais de Programas de Governo, no município de Senador Canedo e Aparecida de Goiânia:

DESCRIÇÃO	31/03/2023	2022	Quantidade
Unidades Residenciais	R\$ 1.129.756,77	R\$ 1.129.756,77	
Conjunto Sabia em Senador Canedo	R\$ 953.012,33	R\$ 953.012,33	73 UH
Conjunto Planície em Aparecida de Goiânia	R\$ 176.744,44	R\$ 176.744,44	16 UH

No Exercício Social de 2018, foram realizadas doações dos imóveis localizados no município de Senador Canedo – Conjunto Sabiá, baixas realizadas da transferência dos imóveis aos donatários e no Exercício Social de 2022 foram registradas escrituras em nome dos donatários, com isso ocorreu as devidas baixas no patrimônio da Agehab.

12.4 Terrenos Destinados Edificações ou Urbanização

DESCRIÇÃO	31/03/2023	2022	Quantidade
Terrenos Destinados à Edificações ou Urbanização	R\$ 2.317.691,73	R\$ 2.317.691,73	
Santos Dumont	R\$ 54.655,68	R\$ 54.655,68	5
Conjunto Vera Cruz	R\$ 2.263.036,05	R\$ 2.263.036,05	633

12.4.1 Conjunto Santos Dumont que corresponde 05 (cinco) Lotes.

LOCALIDADE	QUADRA	LOTE	RUA	VLR.M2	M2	Valor Contábil
CONJUNTO SANTOS DUMONT	114	5	Rua 04	550,00	18,72	R\$ 10.296,00
CONJUNTO SANTOS DUMONT	116	15	Rua 10	450,00	18,72	R\$ 8.424,00
CONJUNTO SANTOS DUMONT	116	16	Rua 10	450,00	18,72	R\$ 8.424,00
CONJUNTO SANTOS DUMONT	116	17	Rua 10	573,10	18,72	R\$ 20.364,38
CONJUNTO SANTOS DUMONT	116	18	Rua 19	380,32	18,72	R\$ 7.147,30
						R\$ 54.655,68

12.4.2 Conjunto Vera Cruz

Terrenos destinados à Edificações no valor contábil de **R\$ 2.317.691,73 (Dois Milhões, Trezentos e Dezesete Mil, Seiscentos e Noventa e Um Reais e Setenta e Três Centavos)** referente aos lotes localizados no Conjunto Vera Cruz no município de Goiânia.

Em cumprimento a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1428/2013 regulamentada pela NBC TG 46 – Mensuração do Valor Justo, foram realizadas avaliações ao valor justo, mas não foram reconhecidos pelo motivo que estes lotes serão construídos moradias de interesse social destinadas às famílias de baixa renda.

No Exercício Social de 2022 foram destinados os blocos nº 132 a 145 para construções de Unidades Habitacionais Empreendimento Ipê Roxo.

Município	Matrícula	CRI	Logradouro	Quadra
GOIÂNIA	193726	1º	RUA VC-21B	BLOCO 132
GOIÂNIA	193727	1º	RUA VC-21B	BLOCO 133
GOIÂNIA	193728	1º	RUA VC-21B	BLOCO 134
GOIÂNIA	193729	1º	RUA VC-21B	BLOCO 135
GOIÂNIA	193730	1º	RUA VC-21B	BLOCO 136
GOIÂNIA	193731	1º	RUA VC-21B	BLOCO 137
GOIÂNIA	193732	1º	RUA VC-21B	BLOCO 138
GOIÂNIA	193733	1º	RUA VC-21C	BLOCO 139
GOIÂNIA	193734	1º	RUA VC-21C	BLOCO 140

GOIÂNIA	193735	1º	RUA VC-21C	BLOCO 141
GOIÂNIA	193736	1º	RUA VC-21C	BLOCO 142
GOIÂNIA	193737	1º	RUA VC-21C	BLOCO 143
GOIÂNIA	193781	1º	RUA VC-21C	BLOCO 144
GOIÂNIA	193740	1º	RUA VC-21C	BLOCO 145

Previsão para construção de 3.000 unidades habitacionais destinadas a família de baixa renda, que será executado com a parceria Governo do Estado de Goiás, Caixa Econômica Federal (Governo Federal) e a AGEHAB, inicialmente em fase de construção.

RESIDENCIAL VIDA MAIS VERA CRUZ - CONDOMÍNIO IPÊ ROXO

Previsão de 256 Unidades Habitacionais

Previsão de entrega: Novembro/2023

RESIDENCIAL VIDA MAIS VERA CRUZ - CONDOMÍNIO IPÊ AMARELO

Previsão de 240 Unidades Habitacionais

Previsão de entrega: Janeiro/2025

12.5 Tributos a recuperar – Longo Prazo

Refere-se ao Saldo Negativo do Imposto de Renda oriundo de IRRF sobre Contas de Investimento e IRRF Retido da nota fiscal emitida para Secretaria de Estado da Economia, valores atualizados conforme juros de mora equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

DESCRIÇÃO	31/03/2023		2022	
Tributos a Recuperar	R\$	1.299.360,14	R\$	647.112,53
Saldo Negativo de Imposto de Renda	R\$	1.299.360,14	R\$	647.112,53

No Exercício Social de 2022 ocorreram restituição devidamente creditada em conta corrente da Agehab

Ano	Valor Original	Correção	Valor Restituído	Crédito em
2015	R\$ 149.774,36	R\$ 67.772,90	R\$ 217.547,26	20/04/2022
2017	R\$ 125.421,24	R\$ 38.516,86	R\$ 163.938,10	20/12/2022
2018	R\$ 70.698,47	R\$ 17.299,74	R\$ 87.998,21	20/12/2022
2019	R\$ 91.115,98	R\$ 17.020,46	R\$ 108.136,44	20/12/2022
2020	R\$ 83.502,93	R\$ 13.327,06	R\$ 96.829,99	20/12/2022
2021	R\$ 81.749,08	R\$ 9.491,07	R\$ 91.240,15	20/12/2022
	R\$ 602.262,06	R\$ 163.428,08	R\$ 765.690,13	

12.6 Obras em Andamento

12.6.1 Os valores contabilizados no grupo OBRAS EM ANDAMENTO totalizando **R\$ 147.633.260,80** refere-se aos pagamentos dos serviços prestados às construtoras nas etapas de serviços técnicos de levantamento planialtimétrico, sondagem e percolação e de construções das Unidades Habitacionais, nos municípios goianos, com a utilização das fontes orçamentárias: Recurso Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS oriundo do tesouro do Estado de Goiás para subsidiar programas de governo MORADIA COMO BASE DE CIDADANIA para Construção Unidades Habitacionais e Recurso Convênios Federais referente aos termos de parcerias União/CEF com utilização de recurso do FGTS para subsidiar Construção de Unidades Habitacionais e Equipamentos Comunitários.

12.6.2 As Obras em Andamento são separadas por recursos aplicados:

DESCRIÇÃO	RS	147.633.260,80
Recurso Orçamentário Protege	RS	144.088.020,11
Convênios Federais	RS	3.545.240,69

12.6.3 O valor de R\$ 6.319.193,41 referente à conta Obras e Instalações em Andamento foi reclassificado no Exercício social de 2022, para o grupo Ativo Não Circulante, Realizável a Longo Prazo, pelo entendimento que os bens construídos não integrarão o patrimônio da Agehab, **Nota Explicativa 13.1.2**

12.6.4 No Exercício Social de 2022 foram realizadas as baixas referente a entrega de 50 Unidades Habitacionais no municio de Paraúna pagos através da Fonte Orçamentária Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS no total de R\$ 3.019.175,98.

13. Imobilizado e Intangível

A administração aplicou o **teste de IMPAIRMENT** no Exercício Social de 2015 elaborado pelo contador Alandir Pimenta de Lima e no Exercício Social de 2022 elaborado pela empresa Compliance Auditores Independentes Eireli, cujas conclusões são que os ativos não apresentaram perda por Recuperabilidade sendo que os valores apurados com base nos preços praticados no mercado ativo estão acima dos valores contabilizados.

13.1 Imobilizado

13.1.1 O Imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição e os bens são destinados ao funcionamento normal da entidade, os bens sujeitos a depreciação foram depreciados pelo método linear a taxas que levam em conta seu tempo de vida útil econômica, conforme emissão de laudo e informações dos responsáveis pelos bens, realizado

revisão da vida útil dos bens na data de 01/11/2022.

13.1.2 Os bens são devidamente identificados por plaquetas, alocados por unidades administrativas e centos de custos.

DESCRIÇÃO	Custo	Depreciações	Líquido 31/03/2023	Líquido 31/12/2022
Móveis e Utensílios	828.597,44	-467.893,50	360.703,94	381.363,05
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	13.446,74	-13.446,74	0,00	0,00
Computadores e Periféricos	3.388.719,64	-1.556.421,42	1.832.298,22	1.886.044,83
Instalações de Escritório	202.760,19	-105.640,82	97.119,37	103.217,29
Aparelhos e Equip. de Medição e Orientação	202.599,99	-27.986,72	174.613,27	173.767,98
Terrenos	30.134,70	0	30.134,70	30.134,70
Edificações	123.309,16	-78.315,12	44.994,04	45.568,42
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	146.858,96	-112.903,53	33.955,43	34.916,66
TOTAL	4.936.426,82	-2.362.607,85	2.573.818,97	2.655.012,93

- O valor de R\$ 6.319.193,41 referente à conta Obras e Instalações em Andamento foi reclassificado no Exercício social de 2022, para o grupo Ativo Não Circulante, Realizável a Longo Prazo, pelo entendimento que os bens construídos não integrarão o patrimônio da Agehab, **Nota Explicativa 12.6.3**
- Houveram aquisições de equipamentos de informática e aparelhos de orientação no total de R\$ 59.799,95 de Janeiro a Março de 2023;
- Após tombamento patrimonial executado em Dezembro de 2022, houveram baixas de bens sucateados e sem condições de uso.
- Realizado revisão da vida útil nos bens móveis pela empresa Compliance Auditores Independentes Eireli e realizado às adequações no sistema de patrimônio

13.2. Intangível

No intangível está classificado os sistemas operacionais (SOFTWARE), são licenças por tempo indeterminado de uso “perpétua”, adquiridos em 2016 e em implantação durante o ano de 2017, os sistemas corporativos ERP de integração contábil, financeira, departamento pessoal, almoxarifado e sistema de Gestão Eletrônica de Documentos. Amortização é calculada pelo método linear com base na vida útil e as despesas associadas à sua manutenção são reconhecidas como despesas quando incorridas.

DESCRIÇÃO	Custo	Amortização	Líquido 31/03/2023	Líquido 31/12/2022
Software	1.167.544,36	-600.802,46	566.741,90	650.610,20
TOTAL	1.167.544,36	-600.802,46	566.741,90	650.610,20

- No Exercício Social de 2022 foi adquirido sistema LALUR para auxiliar no envio do SPED Fiscal à Receita Federal do Brasil;

- b) Realizado revisão da vida útil dos softwares pela empresa Compliance Auditores Independentes Eireli e realizado às adequações no sistema de patrimônio.

PASSIVO

PASSIVO CIRCULANTE

14. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Tributárias

Refere-se aos valores provisionados decorrentes da folha de pagamento, valores descontados dos servidores (Empréstimo Consignado), contribuições previdenciárias, Fundo Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), retenções de impostos federais e municipais, ISS, PIS, COFINS que serão recolhidos e repassados no período subsequente, apropriados pelo regime de competência.

DESCRIÇÃO	31/03/2023	2022
Obrigações Trabalhistas e Consignações	R\$ 63.715,75	R\$ 34.470,11
Rescisões Trabalhistas	R\$ -	R\$ 6.893,68
13º Salário a pagar	R\$ -	R\$ 311,62
Conselheiro	R\$ 5,00	R\$ -
Empréstimo Consignado	R\$ 35.230,36	R\$ 27.264,81
Supremo Tribunal Federal	R\$ 4.987,89	R\$ -
CelgPar	R\$ 23.492,50	R\$ -

DESCRIÇÃO	31/03/2023	2022
Obrigações Sociais	R\$ 1.226.526,30	R\$ 763.812,05
Contribuição Previdenciária - INSS a Recolher	R\$ 697.220,52	R\$ 201,46
INSS a Recolher - Serviços Terceirizados	R\$ 529.305,78	R\$ 763.572,88
FGTS Fundo de Garantia do Tempo de Serviço a Recolher	R\$ -	R\$ 37,71

DESCRIÇÃO	31/03/2023	2022
Obrigações Tributárias	R\$ 43.178,05	R\$ 35.404,62
IRRF a Recolher - Empregados	R\$ -	R\$ 90,46
IRRF a Recolher - Terceiros	R\$ 1.025,66	R\$ -
ISS Próprio	R\$ 42,00	R\$ 80,00
ISS - Terceiros	R\$ 5.946,70	R\$ 451,53
PIS/COFINS/CSLL Terceiros	R\$ 4.128,93	R\$ -
PIS - Não Cumulativo a Recolher	R\$ 5.513,01	R\$ 5.581,31
COFINS Não Cumulativo a Recolher	R\$ 26.521,75	R\$ 29.201,32

15. Contas a Pagar

São obrigações a pagar por bens ou serviços foram adquiridos no curso ordinário dos negócios, sendo classificados como passivo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, quando são apresentadas como passivo não circulante.

Os saldos das contas a pagar aos fornecedores estão aos seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas e considerando que não há ocorrência de atrasos na quitação e por consequência não há ocorrência de pagamento de juros/multas.

DESCRIÇÃO	31/03/2023	2022
Contas a pagar	R\$ 3.468.454,36	R\$ 509.784,34
Fornecedores de Bens e Serviços (a)	R\$ 2.562.717,56	R\$ 92.650,32
Fornecedores de Bens e Serviços a faturar (b)	R\$ 905.736,80	R\$ 417.134,02

- a) Refere-se aos fornecedores de Bens e Serviços prestados e materiais entregues com o devido documento fiscal.
- b) Refere-se a provisão oriundo de contratos cujos serviços foram prestados e as notas fiscais serão emitidas nos períodos subsequentes.

16. Tributos Parcelados Passivo Circulante Curto Prazo

DESCRIÇÃO	31/03/2023	2022
Tributos Parcelados	R\$ 340.416,54	R\$ 440.113,80
Lei nº 11.941/2009 (a)	R\$ 10.161,50	R\$ 13.182,60
Parcelamento Simplificado PIS (b)	R\$ 5.944,30	R\$ 7.684,32
Parcelamento Simplificado COFINS (c)	R\$ 28.175,41	R\$ 36.423,36
Parcelamento INSS Patronal 2018 (c)	R\$ 296.135,33	R\$ 382.823,52

- a) Parcelamento Lei nº 11.941/2009 em 158 prestações mensais, atualizados a taxa Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), quitadas 141 prestações até 31/03/2023.
- b) Parcelamento Ordinário da Contribuição Previdenciária sobre a folha de pagamento em 60 prestações mensais atualizados a taxa Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), quitadas 49 prestações até 31/03/2023.
- c) Parcelamento Simplificado da COFINS e PIS em 60 prestações mensais atualizados a taxa Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), quitadas 49 prestações até 31/03/2023.

17. Provisões Trabalhistas

Provisões Trabalhistas - Proveniente de registros das seguintes contingências: Provisão Férias, 1/3 Férias e 13º salário contém os Impostos (INSS e FGTS) no valor de R\$ 4.750.237,07 sendo registradas pelo regime de competência as obrigações com férias, sendo baixados no momento do gozo das férias.

DESCRIÇÃO	31/03/2023	2022
Provisões Trabalhistas	R\$ 4.750.237,07	R\$ 3.943.731,03
Provisão de Férias	R\$ 4.116.486,36	R\$ 3.943.731,03
Provisão de 13º Salário	R\$ 633.750,71	R\$ -

18. Subvenções Econômicas de Investimento a Realizar

DESCRIÇÃO	31/03/2023	2022
Subvenções Econômicas de Investimento a Realizar	R\$ 371.624.766,84	R\$ 412.598.750,99
Restos a Pagar - Fonte Orçamentária Protege	R\$ 371.624.766,84	R\$ 412.598.750,99

a) Recurso disponível no dia 30/12/2022 no total de R\$ 412.598.750,99 (Quatrocentos e Doze Milhões, Quinhentos e Noventa e Oito mil, Setecentos e Cinquenta reais e Noventa e Nove Centavos) da Fonte Orçamentária Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS para às ações governamentais HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, MORADIA LEGAL, GOIÁS ESCRITURAS, PARA TER ONDE MORAR referente aos contratos empenhados cumprindo o artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000. *Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito. Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício, deste saldo utilizado até 31/03/2023 o total de R\$ 40.973.984,15 (Quarenta milhões, novecentos e setenta e três mil, novecentos e oitenta e quatro reais e quinze centavos).*

b) Será reconhecida como RECEITA conforme os pagamentos das medições conforme regime de Competência e cumprindo o **ITEM 12 Do Comitê de Pronunciamento Contábil nº 07** *Uma subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições deste Pronunciamento. A subvenção governamental não pode ser creditada diretamente no patrimônio líquido.*

19. Cauções a restituir

DESCRIÇÃO	31/03/2023	2022
Caução a restituir	R\$ 1.416,66	R\$ 1.394,56

(a) Refere-se aos depósitos cauções conforme cláusulas contratuais.

20. Créditos para Recursos Vinculados

Os Créditos são Recursos Vinculados à Fonte Orçamentária Convênios Federais referente aos contratos de parcerias União/CEF com utilização de recurso do FGTS para subsidiar construção de Unidades Habitacionais, Equipamentos Comunitários e pagamentos de serviços sociais.

São saldos financeiros vinculados aos Convênios ativos às Contas Correntes, Aplicações Financeiras e Poupança referente aos termos de Cooperação e Parceira CAIXA para construção dos empreendimentos João Paulo II, Água Fria e Damianópolis e Trabalho Social e Gestão Condominial do Nelson Mandela, que serão baixados conforme a utilização dos mesmos.

DESCRIÇÃO	31/03/2023	2022
Créditos para Recursos Vinculados	R\$ 4.506.967,40	R\$ 4.622.446,44
Programas Construção Unidades Habitacionais	R\$ 4.384.666,30	R\$ 4.228.013,25
Convênio Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal/FAR	R\$ 122.301,10	R\$ 394.433,19

PASSIVO NÃO-CIRCULANTE

21. PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

21.1 Tributos Parcelados Passivo Não-Circulante Longo Prazo

DESCRIÇÃO	31/03/2023	2022
Tributos Parcelados	R\$ 79.943,59	R\$ 79.943,59
Lei nº 11.941/2009	R\$ 8.788,40	R\$ 8.788,40
Parcelamento Simplificado PIS	R\$ 1.280,71	R\$ 1.280,71
Parcelamento Simplificado COFINS	R\$ 6.070,56	R\$ 6.070,56
Parcelamento INSS Patronal 2018	R\$ 63.803,92	R\$ 63.803,92

Conforme Nota Explicativa nº16

21.2 PASSIVOS CONTINGENTES

21.2.1 PASSIVO PROVÁVEL

A AGEHAB é parte integrante de diversos processos com causas cíveis, trabalhistas classificadas como prováveis de perdas pela Assessoria Jurídica, devidamente provisionadas de acordo com o CPC 25.

DESCRIÇÃO	31/03/2023	Pagamentos	2022
Provisões para Contingências	R\$ 4.405.006,84	R\$ 77.986,79	R\$ 4.482.993,63
Provisões para Contingências Processos Cíveis e Fiscais	R\$ 1.763.018,99	R\$ 13.981,01	R\$ 1.777.000,00
Provisões para Contingências Processos Trabalhistas	R\$ 2.641.987,85	R\$ 64.005,78	R\$ 2.705.993,63

21.2.2 PASSIVO POSSÍVEL

A AGEHAB é parte integrante de 72 (Setenta e dois) processos com causas cíveis, trabalhistas e fiscais classificadas como possíveis de perdas pela Assessoria Jurídica, conforme determina o CPC 25, totalizando o valor de R\$ 3.874.681,59 (Três milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e um reais cinquenta e nove centavos)

23.PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido no valor de **R\$ 166.605.981,47**, está demonstrado com as seguintes contas:

23.1 Capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$ 187.256.418,03, sendo ações ordinárias nominativas com valor unitário por ação de R\$ 1,00 (um real), sendo o Governo do Estado de Goiás acionista majoritário com 99,952764975% das ações, o valor a integralizar é de R\$ 8.877.149,13, sendo capital subscrito de R\$ 196.133.567,16.

23.2 Constituída Reservas de **LUCROS** classificadas **SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS** no valor de **R\$ 212.320.655,73** referem-se aos valores recebidos das fontes orçamentárias:

Recurso Orçamentário Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS oriundo do tesouro do Estado de Goiás para subsidiar programa de governo **PROGRAMA MORADIA COMO BASE DA CIDADANIA** para Construção e Reforma de Unidades Habitacionais, Regularização Fundiária e Aluguel Social, gerando benefícios sociais a população goiana.

Recursos Convênios Federais referente aos contratos de parcerias União/CEF com utilização de recurso do FGTS para subsidiar construção de Unidades Habitacionais e Equipamentos Comunitários.

DESCRIÇÃO	2022	Movimentações	2021
Reservas de Lucros	R\$ 212.320.655,73	R\$ 198.835.230,06	R\$ 13.485.425,67

23.3 Prejuízo acumulado total é de **R\$ 181.200.027,99**, O Resultado do Exercício obtido pelas operações da empresa no Exercício Social de 2022 é de **R\$ 111.361.215,59** reduzindo a Reserva de lucros decorrente da subvenção para investimento no valor de **R\$ 198.835.230,06**, apura-se um prejuízo fiscal de **R\$ 87.474.014,47**, de Janeiro a Março de 2023 apurado resultado no valor de **R\$ 35.702.950,17**.

DESCRIÇÃO	31/03/2023	2022
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 166.605.981,47	R\$ 130.903.031,30
Capital Social	R\$ 187.256.418,03	R\$ 187.256.418,03
Ações	R\$ 187.256.418,03	R\$ 187.256.418,03
Integralizado	R\$ 187.256.418,03	R\$ 187.256.418,03
Capital Subscrito	R\$ 196.133.567,16	R\$ 196.133.567,16
Capital Subscrito a Integralizar	-R\$ 8.877.149,13	-R\$ 8.877.149,13
Reservas	R\$ 212.320.655,73	R\$ 212.320.655,73
Reservas de Lucros	R\$ 212.320.655,73	R\$ 212.320.655,73
Subvenção para Investimento	R\$ 212.320.655,73	R\$ 212.320.655,73
Resultado de Apuração	-R\$ 232.971.092,29	-R\$ 268.674.042,46
Prejuízos Acumulados	-R\$ -268.674.042,46	-R\$ 181.200.027,99
Resultado do Exercício do Período	-R\$ 35.702.950,17	-R\$ 87.474.014,47

23.4 Apuração Após Resultado Líquido do Exercício Social 2022

O Resultado do Exercício obtido pelas operações da empresa de **R\$ 111.361.215,59** reduzindo a Reserva de lucros decorrente da subvenção para investimento no valor de **R\$ 198.835.230,06**, apura-se um prejuízo de **R\$ 87.474.014,47**

Apurado Lucro no Exercício Social de 2022 de **R\$ 111.361.215,59** considerando as Receitas (Arrecadadas, Ordinária e Subvenção para Investimento) reduzindo os Custos e Despesas Operacionais e o Resultado Financeiro.

Com isso foi constituída **RESERVAS DE LUCROS** classificadas **SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS** no valor de **R\$ 198.835.230,06** cumprindo assim o artigo 30 da Lei 12.973/2014.

Art. 30. As subvenções para investimento, inclusive mediante isenção ou redução de impostos, concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos e as doações feitas pelo poder público não serão computadas na determinação do lucro real, desde que seja registrada em reserva de lucros a que se refere o art. 195-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que somente poderá ser utilizada para: (Vigência)

I - absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal; ou

II - aumento do capital social

DESCRIÇÃO	2022	2021
(=) RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	R\$ 111.361.215,59	R\$ 9.454.732,76
(-) Reservas de Lucros	R\$ 198.835.230,06	R\$ 13.485.425,67
Subvenção para Investimento		
(=) RESULTADO CONTÁBIL FISCAL	-R\$ 87.474.014,47	-R\$ 4.030.692,91

1. A Reserva de Lucros Subvenção de Investimento é demonstrada no Balanço Patrimonial, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração do Fluxo de Caixa;

2. O Resultado Contábil Fiscal para fins de Apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social de R\$ **87.474.014,47**, após a classificação da Reserva de Lucros, não há dividendos obrigatórios a serem distribuídos.

24. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

24.1 RECEITA OPERACIONAL BRUTA E LÍQUIDA

DESCRIÇÃO	31/03/2023	2022
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	R\$ 90.431.184,69	R\$ 258.776.678,41
Receitas Bruta de Serviço	R\$ 995.715,64	R\$ 3.637.993,37
Receita Ordinária Orçamentária	R\$ 13.097.705,67	R\$ 56.303.454,98
Receita Subvenção Econômica Investimentos	R\$ 76.337.763,38	R\$ 198.835.230,06

(-) Impostos Incidentes	-R\$ 141.889,46	-R\$ 518.413,96
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	R\$ 90.289.295,23	R\$ 258.258.264,45

- a) Receita Arrecadada refere-se ao contrato prestação de serviço para gerir a Carteira Habitacional do Estado de Goiás e prestação de serviço registros documentais.
- b) Receita Ordinária oriundo do tesouro do Estado de Goiás para subsidiar as despesas com CUSTEIO e INVESTIMENTO da AGEHAB.
- c) Receita de Subvenção de Investimento oriundo do Tesouro do Estado de Goiás para subsidiar programas de governo MORADIA COMO BASE DE CIDADANIA para Construção e Reforma de Unidades Habitacionais, Regularização Fundiária e Aluguel Social e da União através de Convênios Federais referente aos termos de parcerias União/CEF com utilização de recurso do FGTS para subsidiar Construção de Unidades Habitacionais e Equipamentos Comunitário.
- d) Os impostos Incidentes sobre a Receita são ISS – Imposto sobre serviço, PIS – Programa de Integração Social, COFINS – Contribuição para Fins da Seguridade Social, apurados sobre a Receita Bruta de Serviços.

24.2 Custos e Despesa Operacionais

DESCRIÇÃO	31/03/2023	2022
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	-R\$ 50.253.143,02	-R\$ 136.634.333,85
Mão de Obra	-R\$ 8.435.239,46	-R\$ 32.143.004,94
Serviços de Terceiros	-R\$ 1.455.024,09	-R\$ 4.108.142,16
Outros Custos Operacionais	-R\$ 109.072,45	-R\$ 523.407,30
Custos com Obras	R\$ -	-R\$ 3.122.886,38
Serviço Aplicado	-R\$ 40.253.807,02	-R\$ 96.736.893,07

DESPESAS OPERACIONAIS	-R\$ 4.531.660,39	-R\$ 15.652.309,42
Despesas com Pessoal	-R\$ 2.279.304,96	-R\$ 8.492.084,15
Serviço de Terceiros	-R\$ 522.924,05	-R\$ 916.834,67
Despesas Gerais Administrativas	-R\$ 104.132,51	-R\$ 441.837,72
Despesas Tributárias	-R\$ 19.476,23	-R\$ 336.913,42
Outras Receitas e Despesas Operacionais	-R\$ 1.605.822,64	-R\$ 5.464.639,46

- a) Gastos com Pessoal refere-se ao custo com os Servidores Efetivos, Comissionados, Diretoria Executiva, conselheiros, incluídos as verbas salariais, encargos sociais e provisões conforme determina as legislações, subsidiado pelo Governo do Estado de Goiás através da RECEITA ORDINÁRIA, apropriados conforme regime de competência segregados por Custos e Despesas.

- b) Serviços de Terceiros segregados de Custo e Despesa refere-se aos serviços prestados por pessoa jurídica, manutenção de software, locações de veículos, locações de bens para eventos, serviços de limpeza e conservação, serviços de portaria e vigilância, locação de bens imóveis.
- c) Outros Custos Operacionais e Despesas Gerais e Administrativas referem-se a despesas de custeio subsidiadas pelo Governo do Estado de Goiás através da RECEITA ORDINÁRIA, como diárias, materiais em gerais, energia, água e esgoto, telefonia.
- d) Os Custos de Programas Habitacionais referem-se às contas Custo com Obras e Serviços Aplicados, dentre o término de 50 unidades Habitacionais no município de Paraúna, gastos com reforma de unidades habitacionais, regularização fundiária, aluguel social, serviço técnico social subsidiados com recurso do Estado de Goiás e União, classificadas como SUBVENÇÃO DE INVESTIMENTO.
- e) Tributárias referem-se ao pagamento IOF, PIS, COFINS e outras taxas estaduais e municipais.
- f) Outras Receitas referem-se Alienação de terrenos destinados ao empreendimento Ipê no Conjunto Vera Cruz, Recuperação de despesas e Reversão de Crédito de liquidação duvidosa e Outras despesas referem-se aos valores apropriados das depreciações, amortizações e baixa dos bens tangíveis e intangíveis, provisões contingências e contribuições associativas

24.3 Receitas e Despesas Financeiras

DESCRIÇÃO	31/03/2023	2022
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	R\$ 197.343,83	R\$ 5.137.962,86
Receitas Financeiras	R\$ 217.846,20	R\$ 5.283.490,11
Despesas Financeiras	-R\$ 20.502,37	-R\$ 145.527,25

Referem-se as despesas com tarifas bancárias, atualizações monetárias, juros e multas, encargos dos parcelamentos em contrapartida às receitas financeiras que são os rendimentos das aplicações financeiras, atualizações de contratos e taxas de juros aplicadas.

24.4 Receitas Não Operacionais

DESCRIÇÃO	31/03/2023	2022
Receitas Não Operacionais	R\$ 1.114,52	R\$ 251.631,55
Incorporações de Bens Imóveis	R\$ 0,00	R\$ 240.000,00
Indenizações Processos Judiciais	R\$ 1.114,52	R\$ 7.801,64
Doações de Bens Móveis	R\$ 0,00	R\$ 3.829,91

Refere-se a recuperação judicial oriundo de processo tramitado em julgado a favor da Agência Goiana de Habitação S/A.

24.5 Apuração Após Resultado Líquido do 1º Trimestre de 2023

O Resultado do Exercício obtido no 1º Trimestre 2023 pelas operações da empresa de **R\$ 35.702.950,17 (Trinta e cinco milhões, setecentos e dois mil, novecentos e cinquenta reais e dezessete centavos)**.

25. Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto

A Demonstração de FLUXO DE CAIXA – DFC é obrigatória conforme determina a Lei Federal n. 11.638.2007 e o item 3.17 da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 1000.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa deve apresentar os fluxos de caixa do Exercício Social de 2022 classificados por **Atividades Operacionais, de Investimento e de Financiamento**.

Atividades Operacionais

c) A redução do Fluxo de Caixa na Atividade Operacional refere-se a utilização deste saldo utilizado até 31/03/2023 o total de **R\$ 40.973.984,15 (Quarenta milhões, novecentos e setenta e três mil, novecentos e oitenta e quatro reais e quinze centavos)** dos recursos transferidos no dia **30/12/2022** para as contas correntes vinculadas oriundo da Fonte Orçamentária Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS da ação governamental **HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL e GOIÁS ESCRITURAS** referente aos contratos empenhados cumprindo o artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000.

Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito. Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

Atividades de Investimento

A redução na Caixa da Atividade de Investimento refere-se às aquisições de bens de natureza permanente no período de 01/01/2023 a 31/03/2023.

Atividades de Financiamento

A redução no Caixa da Atividade de Financiamento refere-se aos valores pagos à construtoras com recurso protege, cujo valores estão provisionado no Ativo.

(=) (Redução)/Aumento Líquido nas Disponibilidades	(40.027.797,12)	268.408.030,32
Saldo de Caixa Início do Exercício	430.008.483,87	161.600.453,55
Saldo de Caixa Final do Exercício	389.980.686,75	430.008.483,87
(=) Saldo de Caixa Final - Equivalente Caixa Inicial	(40.027.797,12)	268.408.030,32

26. Demonstração do Valor Adicionado e Demonstração do Resultado Abrangente

26.1 Demonstração do Valor Adicionado tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pela AGEHAB e sua distribuição durante determinado período, sendo requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e apresentada como informação suplementar às informações contábeis intermediárias para fins de IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para preparação das informações anuais e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em sua primeira parte apresenta a riqueza gerada por meio da receita bruta das vendas (incluindo os tributos incidentes, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, como também os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas).

A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

(=)VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	46.578.860,28	152.851.632,06
---	----------------------	-----------------------

(+)DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	46.578.860,28	152.851.632,06
--	----------------------	-----------------------

Pessoal e Encargos	10.714.544,42	40.635.089,09
Impostos, Taxas e Contribuições	161.365,69	855.327,38
Lucros Retidos/Prejuízos do Exercício	35.702.950,17	111.361.215,59

26.2 Demonstração do Resultado Abrangente não é obrigatória para Sociedade Anônima de Capital Fechado, mais por exigência do Tribunal de Contas do Estado de Goiás é elaborada e considerando os particulares das movimentações da AGEHAB não houve valores quanto aos itens que compõem a DRA que são:

Resultados líquidos do 1º Trimestre de 2023

Especificação de cada um dos itens dos resultados abrangentes, de acordo com a sua natureza;

Equivalência patrimonial de outros resultados abrangentes; e

Resultado abrangente total.

O **Resultado Abrangente total** inclui:

Ajuste de avaliação patrimonial;

Variações da reserva de reavaliação;

Ganhos e perdas atuariais em planos de pensão; e

Ganhos e perdas derivados da conversão de demonstrações de operações no exterior.

27. DOS CONSELHEIROS E ADMINISTRADORES

O Conselho de Administração, órgão de deliberação colegiada da AGEHAB, é composto por 07 (sete) membros, pessoas naturais e residentes no país, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, que indicará o Presidente e seu substituto, todos com prazo de mandato que não poderá ser superior a 3 (três) anos, permitida a reeleição.

A Diretoria Executiva é um órgão de natureza colegiada com poderes para exercer a administração da AGEHAB, e tem a seguinte composição:

I – 01 (um) Presidente;

II – 01 (um) Vice-Presidente, III – 01 (um) Diretor Técnico;

IV – 01 (um) Diretor Administrativo, V – 01 (um) Diretor Financeiro;

VI – 01 (um) Diretor de Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica e VII – 01 (um) Diretor de Governança e Transparência.

VII – 01 (uma) Secretária Executiva de Planejamento e Projetos Habitacionais

O Conselho Fiscal é órgão fiscalizador da administração e funcionará em caráter permanente e com atribuições fixadas em lei, sendo composto por 04 (quatro) membros efetivos, brasileiros, acionistas ou não, com formação acadêmica compatível com o exercício da função e que tenham exercido, por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de direção ou assessoramento na administração pública ou cargo de conselheiro fiscal ou administrador em empresa.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes ao encerramento do balanço de 31 de Março de 2023, até a data de divulgação das demonstrações financeiras, que ensejassem ajustes contábeis às demonstrações apresentadas, nem divulgações complementares.

Goiânia/GO, 31 de Março de 2023

KAMILLA GUIMARÃES RODRIGUES
CONTADORA CRC GO 017564